

PARECER N.º 39/PP/2017-P

CONCLUSÕES

I - A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99.º do EOA.

II - A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

III - O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

IV – O Advogado que é exequente, em processo executivo, contra determinado devedor, está impedido de representar esse mesmo devedor em processo de insolvência, por tal situação representar conflito de interesses objectivamente potenciadora da violação desses mesmos valores

Exposição dos Factos

O Exmo. Sr. Juiz de Direito do Juízo de Competência Genérica de (...), no âmbito de processo de insolvência em que é devedor (...), solicitou a este Conselho Regional do Porto que se pronunciasse sobre a existência de *"...alguma incompatibilidade ou impedimento para o exercício do mandato referente ao Dr. (...) com relação ao devedor (...), uma vez que o devedor encontra-se a ser executado nos autos (...)que corre termos neste Tribunal, sendo que o exequente é o seu próprio mandatário aqui neste processo"*

Tratando-se inegavelmente de questão de carácter profissional, tem este Conselho Regional competência para emitir parecer [(alínea f) do n.º 1 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Advogados (EOA)].

Vejamos,

Podemos estar perante um conflito de interesses que provoque uma situação de impedimento

A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99.º do EOA.

A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

Na maioria das situações, a questão de saber se existe ou não conflito de interesses pressupõe uma análise casuística. Contudo, o legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, não porque em concreto e no imediato se verifique o conflito de interesses, mas porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

Estão nesse caso as normas contidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 99.º do EOA. Decorre destas normas que o advogado deve recusar o patrocínio:

- a) de uma questão em que já tenha tido intervenção anterior em qualquer outra qualidade;
- b) de uma questão conexa com outra em que represente ou tenha representado a parte contrária;
- c) ou duma questão contra quem, noutra causa pendente, seja por si patrocinado.

Resulta ainda do n.º 4 do citado artigo 99.º do EOA que se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

E acrescenta o n.º 5 do mesmo artigo que o advogado se deve abster de aceitar um novo cliente, se tal puser em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos de um anterior cliente, ou se do conhecimento destes assuntos resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

É à luz destes normativos que deve ser encontrada a solução para o caso em apreço.

A factualidade relatada parece confirmar que estamos perante uma situação de conflito de interesses. O processo de insolvência tem como principal **objectivo** a satisfação, pela forma mais eficiente possível, dos direitos dos credores ou, como diz o artº 1º do C.I.R.E. “...a *liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores...*”. Dentro deste circunstancialismo, ser exequente num processo contra determinada pessoa (executado) e, ao mesmo tempo, em processo de insolvência, patrocinar essa mesma pessoa (devedor) contra os credores, viola o disposto nos nºs 1, 2, 4 e 5 do já citado artº 99º do EOA.

No caso concreto, a situação é ainda mais grave porque o exequente, num processo, é o próprio Sr. Advogado (provavelmente a advogar em causa própria) que, no outro processo, é mandatário judicial daquele contra quem instaurou a execução, pondo em causa princípios estruturantes do exercício da advocacia, como o da independência, previsto no artº. 91º e o da probidade, previsto no artº. 88º nº 2, ambos do EOA

Este conflito de interesses gera uma situação de impedimento que devia ter levado o Exmo. Sr. Advogado a recusar o patrocínio do devedor no processo de insolvência, já que tal diminui a amplitude do exercício da advocacia e gera objectivamente uma situação potenciadora de violação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança, decoro e quebra de segredo profissional que são fundamentais no exercício da advocacia.

CONCLUSÕES

I - A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99º do EOA.

II - A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

III - O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

IV – O Advogado que é exequente, em processo executivo, contra determinado devedor, está impedido de representar esse mesmo devedor em processo de insolvência, por tal situação representar conflito de interesses objectivamente potenciadora da violação desses mesmos valores

...

Este é, s.m.o, o meu parecer.

Porto, 16 de Outubro de 2017

O Relator

Rui Costa